

SOLUÇÕES PARA MELHORAR A ACESSIBILIDADE NOS PARQUES INFANTIS

“A criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício deste direito.”

(Princípio VII - Declaração Universal dos Direitos da Criança.
ONU 1959)

As crianças precisam de áreas de jogo onde partilhar o seu tempo de lazer sem importar quais sejam as suas capacidades e onde aprendam a viver em igualdade.



Nas nossas zonas rurais e urbanas, **as áreas de jogo no espaço público apoiam-se nos parques infantis**. No entanto, na maior parte dos países não existem critérios- normativos ou de recomendação- sobre como deve ser um **Parque Infantil Acessível**.



A acessibilidade nos parques infantis continua a ser **uma disciplina pendente para a inclusão de crianças, pais e mães, avós e avôs, com ou sem deficiência num mesmo espaço de jogo**.

As crianças com deficiência são habitualmente alvo de esquecimento ao não ter uma voz própria como coletivo. No entanto, nos questionários realizados neste estudo reflete-se uma **grande necessidade de espaços de jogo inclusivo** por parte dos pais e mães destes menores.

A recomendação de soluções para um parque infantil acessível e inclusivo **pode beneficiar os coletivos e os técnicos municipais a seguir critérios mais abrangentes ao nível da acessibilidade e da inclusão** no momento de propor e atuar sobre os parques infantis do seu município.



Sandra Pereira Pinto e Jorge Palomero Ferrer são arquitetos e pais do Martim. Eles sabem o que implica ter um filho com uma doença rara, um erro congénito do metabolismo e deparar-se com uma imensidão de situações quotidianas pelas quais a nossa cultura, as nossas casas ou as nossas cidades...não estão preparadas.

Como arquitetos, decidiram começar um projeto de investigação para desvendar quais as **diretrizes adequadas ou critérios que deveria cumprir um Parque Infantil**.

OBJETIVOS

A sua proposta trata-se de uma reivindicação do **direito de jogar e brincar em igualdade para as crianças com capacidades diferentes**. Alcance de pontos a ter em conta nos parques infantis:

- **Acessibilidade e segurança:** O espaço de jogo deve ser **um lugar acessível** em que todas as crianças possam entrar e mover-se de forma segura. As medidas de acessibilidades estão sempre do lado da segurança.
- **Objetivo social inclusivo:** O Parque Infantil deve ser **um lugar inclusivo**, para que os meninos e meninas se divirtam juntos **aprendendo e respeitando as suas diferenças**. Pretende-se criar um espaço solidário onde se promovam os valores sociais como a amizade e o companheirismo.
- **Ato responsável:** Devem-se promover os valores sociais em que queremos formar as nossas crianças e impulsionar a participação ativa dos municípios e das empresas em projetos com um claro e direto benefício social. A reivindicação da acessibilidade nos Parques infantis permite sensibilizar a nossa sociedade em questões tão delicadas como o desenvolvimento social das crianças, independentemente das suas capacidades.

Na investigação feita por esta equipa de arquitetos refere-se também:

1. O tipo de acessibilidade necessário nas **áreas adjacentes ao parque**,
2. Um estudo de quais são os **principais produtores e distribuidores que há no mercado** que se adequam às necessidades de um Parque Infantil Acessível.

CLASSIFICAÇÃO EM GRAUS DE ACESSIBILIDADE

Respetivamente aos elementos de jogo propõe-se uma classificação em **diferentes graus de acessibilidade**, que permitam diferenciar entre:

- Elementos sem acessibilidade (Grau 1).
- Elementos com critérios de acessibilidade universal (Grau 2).
- Elementos específicos para crianças com diversos tipos de deficiência (Grau 3).

QUAIS SÃO AS NECESSIDADES REAIS DAS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA?

Para conhecer as necessidades reais dos pais e mães de crianças com deficiência foi realizado um **questionário** graças à **colaboração de varias associações de pacientes, centros de educação Especial e centros de reabilitação**. Os critérios utilizados para a classificação dos diferentes elementos de jogo baseiam-se no questionário realizado e em diversas publicações e estudos sobre os jogos nos parques infantis.

Do questionário deduziram-se varias **conclusões** interessantes:

1. **75% das crianças apresentam mais de um tipo de deficiência.**
As categorizações tradicionais no uso dos parques são contraproducentes, nestes casos, relativamente à idade real recomendada quando se trata de um usuário com algum tipo de deficiência, sendo mais adequados os espaços com critérios de inclusão social.
2. **30% das famílias com crianças com deficiência entrevistadas não usam os parques infantis** porque, em geral, não estão preparados para as necessidades dos seus filhos. Esta percentagem eleva-se a **70% no caso de crianças com um nível de deficiência grave ou muito grave**, o que indica carências nas características dos parques infantis atuais.
3. **Ao nível da pavimentação, o único tipo** (existente nos parques infantis mais comuns) **que realmente permite a acessibilidade universal** e, por conseguinte permite o uso do maior numero de crianças possível é o de **borracha**, ou similar. Este pavimento pode ser utilizado por 100% das famílias entrevistadas, em relação a que só 50% podem usar o pavimento de areia e só 30% podem usar o pavimento de cascalho.



QUE CONDIÇÕES DEVERIA CUMPRIR UM PARQUE INFANTIL PARA SER CONSIDERADO ACESSÍVEL?

- Pelo menos um de cada dois elementos de jogo de uma mesma família deve cumprir os requisitos propostos como Grau 2 (elementos de jogo acessíveis).
- pavimento deve ser de borracha, ou similar, já que, como se comprovou nos questionários é o único tipo de material considerado acessível para a maior parte dos usuários.
- Deve-se fazer um estudo sobre a população local, para o caso de ser necessário introduzir algum elemento específico de jogo para necessidades especiais detectadas assegurando a sua utilidade.
- Obviamente, devem cumprir as recomendações em matéria de segurança das Normas UNE, assim como outras normas existentes na regulamentação local.



A CRIAÇÃO DE UM PARQUE INFANTIL ACESSÍVEL RESULTA MAIS CARA?

Na sua investigação, Sandra e Jorge desenvolveram um projeto de um Parque Infantil Acessível Tipo, que permitia estabelecer um orçamento orientativo baseado em modelos e preços de mercado, dos distribuidores contatados. A conclusão obtida é que a criação de um parque infantil acessível mantém-se dentro de um intervalo orçamentário presumivel para este tipo de instalação urbana.

CONCLUSÃO

É necessário seguir umas recomendações e soluções para parques infantis acessíveis e inclusivos para auxiliar a coletivos e a técnicos municipais a encontrar critérios na hora de programar os parques infantis da sua localidade.



O objetivo principal seria conseguir que a maior parte dos parques infantis de um município contasse com critérios de acessibilidade universal onde possam brincar e jogar juntas o maior numero possível de crianças, independentemente das suas capacidades.

Além disso, a reivindicação da acessibilidade permite sensibilizar e consciencializar a nossa sociedade e os gestores públicos sobre a necessidade de seguir critérios de *Acessibilidade Universal e de Design for All* através duma proposta amplamente apoiada e requerida pela sociedade.

Projeto: As Doenças Metabólicas Raras em Português, um projeto APCDG & Guia Metabólica.

Apoio económico: "Para ti, sempre: um CD de música, uma vida CDG", coordenado pela APCDG em 2014 e realizado em conjunto com famílias, amigos e profissionais CDG.

Coordenação da tradução: Vanessa Ferreira (Associação Portuguesa CDG e outras Doenças Metabólicas Raras, APCDG, Portugal), Mercedes Serrano e Maria Antónia Vilaseca (Guia Metabólica).

Tradução: Sandra Pereira Pinto, Associação Portuguesa CDG, Portugal.



Passeig Sant Joan de Déu, 2 08950

Esplugues de Llobregat

Barcelona, Spain

Tel: +34 93 203 39 59

www.hsjdbc.org /

www.guiametabolica.org

© Hospital Sant Joan de Déu. All rights reserved.